

Os dois desafios econômicos do segundo semestre deste ano

Josué Souto

Maior Mussalém*



O governo federal vai enfrentar dois grandes desafios neste final de primeiro e início de segundo semestre de 1992. O primeiro desafio é o da reforma fiscal, cada vez mais necessária para se garantir um efetivo combate à inflação, e, também, cada vez mais complicada em termos políticos no nível do Congresso Nacional; o segundo é o da retomada, pelo menos lenta, do crescimento econômico, à base de novos investimentos do setor público na área social, desde habitação e saneamento até medidas emergenciais no delicado campo da saúde pública. O primeiro desafio é aprovar uma reforma que aumente as receitas do setor público, seja por uma arrecadação mais racional dos impostos, seja por uma redução paralela do gasto público. O segundo se refere ao contrário, ou seja, vai aumentar o gasto público por um maior investimento nas áreas sociais e, ao mesmo tempo, obrigar o governo a monitorar esse gasto para impedir que sirva de fator de pressão sobre a estrutura de preços.

Diante desse quadro vale a pena refletir sobre as dificuldades de cada um desses desafios. A primeira dificuldade está centrada na reforma fiscal. Reforma fiscal significa uma via de mão dupla. Vale para aumentar ou mesmo para redistribuir melhor a carga tributária como vale também para reduzir o gasto público. Se o governo federal tentar aumentar sua arrecadação tributária líquida, terá de enfrentar uma forte reação da classe política a partir dos governadores e prefeitos das principais cidades brasileiras às vésperas de eleições municipais que vão delinear, a médio prazo, o perfil dos candidatos aos governos estaduais. E, mais distante, o perfil da base política para a futura campanha visando à Presidência da República. De fato, a sociedade terá razão em reagir a qualquer tentativa de aumento da carga tributária à medida que o Brasil, se não tem a maior carga comparada com o PIB, tem uma das cargas fiscais mais mal distribuídas do mundo.

Essa má distribuição da carga fiscal brasileira tem a ver com a elevada estatização que caracteriza nossa economia. Ou seja, o Estado mantém uma forte presença no sistema econômico, mas não contribui com a arrecadação tributária, e, quando o faz, é num valor irrisório se comparado ao papel da iniciativa privada na formação das receitas públicas brasileiras.

Do lado político, a reação se fará dos governadores via bancadas no Congresso Nacional porque temem tais governadores uma operação desmonte em sentido contrário, com a União tentando recuperar o que perdeu na Constituição de 1988 em virtude da redução dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Além disso, deverá ocorrer uma reação natural das bancadas do Norte e Nordeste contra qualquer tentativa de extinção ou redução dos já bastante reduzidos incentivos fiscais do Finor e do Finam, sem falar no Fundo Constitucional (FNE), hoje a principal fonte de financiamento das regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Outro desafio é a retomada dos investimentos como base para uma volta ao crescimento econômico a curto prazo. Nesse sentido, o governo federal já tomou algumas medidas, como o aumento da liberação de recursos para a construção civil e a ampliação do limite do Crédito Direto ao Consumidor (CDC), base de financiamento do comércio varejista nacional.

A decisão da área econômica do governo se baseia numa linha de raciocínio de que a recessão, como forma de combate à inflação, esgotou seu arsenal operacional e não vale a pena tanto sacrifício em termos de emprego e renda para um resultado tão fraco. A inflação, apesar da recessão, continua mantida no nível médio de 20% ao mês, uma taxa elevada mesmo para os padrões brasileiros de economia indexada, formal ou informalmente.

No entanto, mesmo que a intenção do governo seja reduzir o impacto recessi-

vo nacional via aumento dos investimentos públicos em áreas sociais, é preciso levar em conta alguns problemas que a União deverá enfrentar de forma paralela neste início de segundo semestre. São eles:

- **Recomposição das tarifas públicas** por meio dos diversos segmentos produtores desses serviços, como energia elétrica, telecomunicações, correios, combustíveis e fornecimento de água tratada. Esses serviços têm-se mantido em níveis de reajuste superiores à média da inflação. O próprio governo se comprometeu com o FMI a reajustar as tarifas públicas brasileiras ao nível de 17% em termos reais neste ano de 1992. Só esse fato implica uma forma de pressão inflacionária que, casada com o aumento do gasto público principalmente com o gasto público eleitoral dos estados e municípios, implicará, sem dúvida, um forte vetor de pressão inflacionária.

- **Recomposição dos preços dos setores cartelizados da economia privada.** Esse é outro grave problema a ser enfrentado pelo governo federal, uma vez que tem sido duro o comportamento dos setores cartelizados da economia privada nacional nesta fase de preços liberados. Recentemente foi denunciada a recomposição indexada de preços de determinados setores industriais sem levar em conta a alta real dos insumos, mas sim um índice tipo IGP-M ou IPC-FIPE. Isso significa que a indexação informal de preços no setor produtivo nacional continua a funcionar por ser nosso país "viciado" em indexações de todo o tipo. Se a indexação informal continuar na base produtiva nacional, vamos enfrentar problemas de re-
crudescimento inflacionário no final da supersafra de grãos, que tem funcionado como amortecedora das pressões inflacionárias.

- **Pressões salariais dos trabalhadores e dos funcionários públicos.** No primeiro caso, a pressão dos trabalhadores se fará para a recomposição das perdas ocorridas ao longo do primeiro semestre deste ano. Essas pressões serão mais fortes nos meses de agosto e setembro próximos. Por outro lado, as pressões dos funcionários públicos em busca da isonomia salarial entre os poderes deverão aumentar neste segundo semestre. Pressões salariais vão transformar-se em plataforma política de candidatos nas eleições municipais deste ano.

- **Recomposição da credibilidade política nacional** será uma outra questão a ser enfrentada pelo governo federal e também pelo Congresso Nacional. A credibilidade da administração pública, hoje ainda abalada pelo episódio das acusações ao presidente da República e ao Congresso Nacional, precisa ser recomposta o mais rápido possível para garantir a manutenção do fluxo de investimentos estrangeiros para o Brasil e para garantir também uma tranquilidade institucional para o próprio capital brasileiro.

Apesar desses problemas, o governo federal tem a seu favor uma notável reserva cambial estimada em mais de US\$ 18 bilhões, o que tranquiliza em termos de renegociação da dívida externa brasileira.

Além disso, o governo Collor vem mantendo uma política cambial equilibrada sem grandes sustos, principalmente na questão do dólar comercial comparado com o dólar paralelo, cujo ágio vem se mantendo em diferenças irrisórias nos últimos dois anos.

Outro fator positivo para o governo federal é a manutenção do superávit primário das contas públicas com relativa folga até o final deste primeiro semestre. Neste caso, do superávit primário, a esperança de não perdê-lo em termos reais é a perspectiva de aumento das receitas da União nesse próximo semestre a partir do pagamento do Imposto de Renda e da própria indexação tributária.

De qualquer forma, não são nada fáceis os desafios e dilemas de condução de política econômica para o governo federal nos próximos meses. A maturidade recém-revelada do mercado financeiro com relação a boatos precisa ser exercitada pela classe política nacional neste ano, mas não será fácil obter tal maturidade.

* Economista.